

MUDANÇA NÃO AGRADA AGRICULTURA FAMILIAR

A transferência da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do guarda-chuva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a alçada da Casa Civil da Presidência da República parece ter agradado apenas ao partido Solidariedade – que irá assumir a pasta. Oficializada ontem pelo presidente interino Michel Temer, por meio de decreto, a alteração não mudou em nada o descontentamento de entidades ligadas ao setor primário.

– A agricultura familiar não pode ser usada como barganha para atender a interesses partidários – disse Carlos Joel da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

A declaração do dirigente refere-se à negociação feita pelo Solidariedade com o novo governo após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A sigla, que havia recebido a promessa de ocupar a pasta durante a montagem do governo, não aceitava ficar com uma secretaria subordinada a um ministro de fora do Planalto.

Presidente do Solidariedade, o deputado Paulinho da Força (SP), um dos principais articuladores do impeachment de Dilma Rousseff, teria ameaçado não integrar o governo caso a mudança não acontecesse. Para ocupar o cargo, a sigla indicou José Ricardo Roseno, ex-presidente da Emater de Minas Gerais. A transferência não alterou o status da secretaria, que levou consigo também o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

– Trocaram seis por meia dúzia. Não acredito que o chefe da Casa Civil tenha mais tempo para cuidar da agricultura familiar do que um ministro nomeado especialmente para isso – critica Heitor Schuch (PSB-RS), presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar.

Após o Ministério da Cultura ter sido recriado, parlamentares e entidades ligadas ao setor acreditam ser possível fazer o governo voltar atrás também com o MDA. O retorno do órgão será uma das principais reivindicações do Grito da Terra Brasil, que deverá reunir mais de 3 mil pessoas em Porto Alegre durante o dia de hoje.

NO RADAR

Os produtores rurais terão uma ouvidoria para comunicar eventuais irregularidades nos serviços prestados por funcionários do Ministério da Agricultura. A criação do canal direto de comunicação com o governo foi antecipado pelo ministro Blairo Maggi.

INICIADA NO SÁBADO, A SEMANA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS 2016 TEM NA PROGRAMAÇÃO HOJE SEMINÁRIO SOBRE OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO NO AMBIENTE E NA SAÚDE. O EVENTO COMEÇA ÀS 13H30MIN NO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. AS ATIVIDADES REALIZADAS EM TODO PAÍS VÃO ATÉ SÁBADO.



ARQUIVO PESSOAL

ARROZ COM ÁGUA DE CIMA

Resultados alcançados em experiências no Rio Grande do Sul poderão estimular o uso de pivôs centrais para irrigação nas lavouras de arroz. Hoje, quase 100% do cereal produzido no Estado é pelo sistema de inundação. Em busca de custos menores de produção, e maior eficiência na integração com a pecuária, arroteiros da Fronteira Oeste testam como alternativa o modelo usado na produção de grãos como soja e milho.

Produtor em Alegrete, o agrônomo Geovano Parcianello cultivou nesta safra pela primeira vez 25 hectares de arroz com pivô central, em área dividida com a soja. Na comparação com o sistema tradicional por inundação, reduziu em 40% o uso de água e em 14% os custos totais de produção.

– Os gastos com água, preparo do solo, máquinas

e mão de obra são menores – compara Parcianello, que apresentou os resultados ontem à noite durante a 9ª Semana Arrozeira, que vai até sábado em Alegrete.

A produtividade da lavoura, na comparação com as áreas inundadas da propriedade, foi 25% menor. Mesmo assim, diz o produtor, o saldo é positivo levando em conta os ganhos indiretos do sistema.

– Os benefícios para a pastagem de inverno são maiores – completa Parcianello.

Experiências semelhantes já vem sendo testadas há mais tempo por produtores de Uruguaiana e São Borja, especialmente em áreas rotacionadas com soja. Nesta safra, o custo médio da lavoura de arroz no Estado foi de R\$ 6,71 mil por hectare, alta de 17,8% em relação ao ano anterior.

ÚLTIMO DIA PARA VACINA DA AFTOSA

Hoje é o último dia da campanha de vacinação contra a febre aftosa no Rio Grande do Sul. A partir de amanhã, produtores terão mais cinco dias úteis para comunicar a imunização às inspetorias agropecuárias.

Até ontem, a Secretaria da Agricultura contabilizava no sistema 67% de cobertura dos animais. A meta é chegar a 90% do rebanho e das propriedades,

de um total de 13,4 milhões de bovinos e bubalinos.

Coordenadora do Programa de Erradicação de Febre Aftosa da secretaria, Grazziane Rigon, explica que o percentual registrado até agora é preliminar, já que os dados demoram cerca de 30 dias para entrar no sistema.

– Tradicionalmente, muitos criadores deixam para vacinar nos últimos dias – diz Grazziane.

MARCO PARA O SETOR FLORESTAL

Deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa, nos próximos dias, projeto de lei para criação de regimento para o setor de florestas plantadas no Rio Grande do Sul. Minuta da proposição foi entregue ontem à Casa Civil por entidades e pelas secretarias da Agricultura e do Meio Ambiente.

A medida é aguardada há anos pelo setor florestal, que alega falta de segurança jurídica para manter ou investir em novas áreas. Estima-se uma redução de 150 mil hectares nos últimos 10 anos. Pelo projeto, as novas regras serão coordenadas pela Secretaria da Agricultura, e não mais pelo Meio Ambiente.

Grupo composto por engenheiros e analistas irá mergulhar nas indústrias gaúchas de máquinas agrícolas para propor soluções no desenvolvimento de componentes eletroeletrônicos. As informações servirão como base para o projeto Tecnologia Embarcada no Setor Agrícola (Tesa).